



Revisação®

COORDENAÇÃO
ROGÉRIO SANCHES CUNHA

DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL

Defensor Público

TOMO 1

PROIBIDA A VENDA
apenas deste tomo

8ª
edição

Revista
atualizada
ampliada

2025

 EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

DIREITO PENAL.....	19	22. CRIMES CONTRA A HONRA.....	116
<i>Rogério Sanches Cunha</i>		23. CONSTRANGIMENTO ILEGAL.....	118
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	19	24. PERSEGUIÇÃO.....	119
+ QUESTÕES.....	21	25. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO.....	119
1. CRIMINOLOGIA.....	21	26. FURTO.....	120
2. CATEGORIAS DO DIREITO PENAL.....	25	27. ROUBO.....	126
3. PRINCÍPIOS.....	26	28. EXTORSÃO.....	130
4. LEI PENAL.....	26	29. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO.....	131
5. LEI PENAL NO TEMPO.....	28	30. DANO.....	131
6. LEI PENAL NO ESPAÇO.....	29	31. APROPRIAÇÃO DE COISA ACHADA.....	133
7. DO CRIME.....	30	32. ESTELIONATO.....	133
7.1. CLASSIFICAÇÃO DE CRIMES.....	30	33. RECEPÇÃO.....	136
7.2. TEORIA DO DELITO.....	33	34. ESCUSAS ABSOLUTÓRIAS.....	138
7.3. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.....	39	35. CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS.....	139
7.4. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	44	36. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....	139
7.5. ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....	46	36.1. ESTUPRO.....	139
7.6. CRIME IMPOSSÍVEL.....	47	36.2. ESTUPRO DE VULNERÁVEL.....	141
7.7. DOLO.....	48	36.3. DIVULGAÇÃO DE CENA DE ESTUPRO OU DE CENA DE ESTUPRO DE VUL- NERÁVEL, DE CENA DE SEXO OU DE PORNOGRAFIA.....	145
7.8. CULPA.....	50	37. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA.....	145
7.9. ERRO.....	51	38. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO.....	146
7.10. EXCLUSÃO DA ILICITUDE.....	56	39. FALSIDADE IDEOLÓGICA.....	147
8. CULPABILIDADE.....	61	40. USO DE DOCUMENTO FALSO.....	147
9. CONCURSO DE PESSOAS.....	64	41. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLI- CA.....	148
10. REGIME DE PENA.....	66	41.1. CORRUPÇÃO PASSIVA.....	148
11. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	69	41.2. DESACATO.....	148
12. APLICAÇÃO DA PENA.....	72	41.3. DENUNCIÇÃO CALUNIOSA.....	149
13. CONCURSO DE CRIMES.....	86	41.4. FALSO TESTEMUNHO.....	150
14. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.....	88	41.5. EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO.....	150
15. LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	91	41.6. CRIMES CONTRA O ESTADO DEMO- CRÁTICO DE DIREITO.....	151
16. EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	95	42. LEGISLAÇÃO ESPECIAL.....	151
17. MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	96	42.1. CONTRAVENÇÕES PENAIAS (DECRETO- LEI 3.688/41).....	151
18. AÇÃO PENAL.....	98		
19. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	98		
19.1. PRESCRIÇÃO.....	102		
20. HOMICÍDIO.....	110		
21. LESÃO CORPORAL.....	115		

42.2. EXECUÇÃO PENAL (LEI 7.210/84).....	152	26. CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	322
42.3. CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU DE COR (LEI 7.716/89)	183	27. LEIS ESPECIAIS	328
42.4. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI 8.069/90).....	184	✦ SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	371
42.5. CRIMES HEDIONDOS (LEI 8.072/90)....	185	1. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	371
42.6. TORTURA (LEI 9.455/97).....	186	1.1. STF.....	371
42.7. CRIMES DE TRÂNSITO (LEI 9.503/97) ...	187	1.2. STJ.....	372
42.8. CRIMES AMBIENTAIS (LEI 9.605/98)	194	2. EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	372
42.9. ESTATUTO DA PESSOA IDOSA (LEI 10.741/03).....	195	2.1. STF.....	372
42.10. ARMAS DE FOGO (LEI 10.826/03).....	196	3. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	372
42.11. LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/06)	200	3.1. STF.....	372
42.12. LEI DE DROGAS (LEI 11.343/06)	202	4. CONCURSO DE PESSOAS.....	372
42.13. CRIME ORGANIZADO (LEI 12.850/13)	215	4.1. STF.....	372
42.14. ABUSO DE AUTORIDADE (LEI 13.869/19).....	215	5. APLICAÇÃO DA PENA.....	372
✦ DICAS.....	220	5.1. STF.....	372
1. NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL	220	5.2. STJ.....	372
2. FONTES DO DIREITO PENAL	221	6. PENA DE MULTA	372
3. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	221	6.1. STF.....	372
4. TEORIA GERAL DA NORMA PENAL	221	7. AÇÃO PENAL.....	372
5. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	223	7.1. STF.....	372
6. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO	224	8. CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE	372
7. EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	225	8.1. STJ.....	372
8. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA, CONTAGEM DE PRAZO, CONFLITO APARENTE DE NORMAS	226	9. PRESCRIÇÃO.....	373
9. DO CRIME.....	227	9.1. STF.....	373
10. <i>ITER CRIMINIS</i>	235	9.2. STJ.....	373
11. CONCURSO DE PESSOAS.....	237	10. FURTO.....	373
12. TEORIA GERAL DAS PENAS.....	238	10.1. STJ.....	373
13. AÇÃO PENAL.....	251	11. ROUBO.....	373
14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	252	11.1. STF.....	373
15. CRIMES CONTRA A PESSOA.....	257	11.2. STJ.....	373
16. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	271	12. EXTORSÃO	373
17. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	285	12.1. STJ.....	373
18. CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	286	13. ESTELIONATO	373
19. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....	286	13.1. STF.....	373
20. PROMOÇÃO DE MIGRAÇÃO ILEGAL	294	13.2. STJ.....	373
21. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	295	14. CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	373
22. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.....	296	14.1. STJ.....	373
23. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.....	298	15. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....	373
24. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	300	15.1. STJ.....	373
25. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	302	16. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO	374
		16.1. STJ.....	374
		17. USO DE DOCUMENTO FALSO	374
		17.1. STF.....	374
		17.2. STJ.....	374

18. FALSA IDENTIDADE.....	374	+	LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	379
18.1. STJ.....	374		1. INTEGRAÇÃO OU COLMATAÇÃO DAS LEIS.....	379
19. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	374		2. EFICÁCIA DAS LEIS NO ESPAÇO	380
19.1. STJ.....	374	+	PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL	381
20. CONTRABANDO E DESCAMINHO.....	374		1. PESSOAS NATURAIS.....	381
20.1. STJ.....	374		1.1. INCAPACIDADES.....	381
21. FALSO TESTEMUNHO.....	374		1.2. DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	383
21.1. STJ.....	374		1.3. AUSÊNCIA.....	383
22. LEIS ESPECIAIS	374		1.3.1. SUCESSÃO PROVISÓRIA.....	383
22.1. CONTRAVENÇÕES PENAIS.....	374		2. PESSOAS JURÍDICAS.....	384
22.1.1. STJ.....	374		2.1. ASSOCIAÇÕES.....	384
22.2. CRIMES DE RESPONSABILIDADE.....	374		2.2. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	384
22.2.1. STF.....	374		2.3. DOMICÍLIO DA PESSOA JURÍDICA.....	386
22.2.2. STJ.....	374		3. BENS.....	386
22.3. EXECUÇÃO PENAL.....	374		3.1. CONSIDERADOS EM SI MESMOS.....	386
22.3.1. STF.....	374		3.2. RECIPOCAMENTE CONSIDERADOS.....	387
22.3.2. STJ.....	375		4. FATOS JURÍDICOS, ATO JURÍDICO E NEGÓCIO JURÍDICO.....	388
22.4. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	375		4.1. CLASSIFICAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	388
22.4.1. STJ.....	375		4.2. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	390
22.5. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.....	376		4.2.1. ERRO OU IGNORÂNCIA.....	390
22.5.1. STF.....	376		4.2.2. ESTADO DE PERIGO.....	390
22.5.2. STJ.....	376		4.2.3. LESÃO.....	391
22.6. LEI Nº 9.099/95.....	376		5. ATOS ILÍCITOS.....	392
22.6.1. STF.....	376		5.1. ABUSO DE DIREITO OU EXERCÍCIO IRRREGULAR DO DIREITO	392
22.6.2. STJ.....	376		6. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	392
22.7. CRIMES CONTRA O SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES	376		6.1. PRESCRIÇÃO.....	392
22.7.1. STJ.....	376	+	PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO CIVIL	396
22.8. CRIMES DE TRÂNSITO.....	376	+	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	396
22.8.1. STF.....	376		1. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	397
22.8.2. STJ.....	376		1.1. CESSÃO DE CRÉDITO	397
22.9. ARMAS DE FOGO.....	376		2. ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	397
22.9.1. STJ.....	376		2.1. DE QUEM DEVE PAGAR.....	397
22.10. LEI MARIA DA PENHA	376		2.2. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES SEM PAGAMENTO.....	399
22.10.1. STJ.....	376		2.2.1. NOVAÇÃO.....	399
22.11. LEI DE DROGAS	376		3. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	400
22.11.1. STF.....	376		3.1. PERDAS E DANOS.....	400
22.11.2. STJ.....	376		3.2. CLÁUSULA PENAL.....	400
			3.3. ARRAS OU SINAL	400
DIREITO CIVIL.....	377	+	CONTRATOS EM GERAL	401
Sebastião Neto			1. PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	401
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	377		1.1. BOA-FÉ OBJETIVA.....	401
+	QUESTÕES.....		2. VÍCIOS REDIBITÓRIOS.....	403
+	ASPECTOS DA CODIFICAÇÃO DE 2002			
1. PRINCÍPIOS DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	379			

3. EXTINÇÃO DO CONTRATO	404	2.1.2.2. ESPECIAL RURAL	429
3.1. RESOLUÇÃO, CLÁUSULA RESOLUTIVA E O ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL DO CONTRATO	404	2.1.2.3. FAMILIAR	429
3.2. RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EX- CESSIVA	405	2.1.3. ACESSÃO.....	430
3.2.1. RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EX- CESSIVA	405	2.1.3.1. CONSTRUÇÕES E PLANTAGENS	431
✦ CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	407	3. CONDOMÍNIO	432
1. COMPRA E VENDA	407	3.1. MULTIPROPRIEDADE	433
2. DOAÇÃO	407	4. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS.....	434
3. EMPRÉSTIMO	408	4.1. USUFRUTO	434
3.1. MÚTUO.....	408	4.2. DIREITO DO PROMITENTE COMPRA- DOR.....	434
3.2. COMODATO	409	5. DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	434
4. TRANSPORTE	410	5.1. HIPOTECA	434
5. SEGURO.....	410	✦ DIREITO DE FAMÍLIA	435
6. FIANÇA.....	410	1. CASAMENTO	435
7. ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA DE GARAN- TIAS.....	410	1.1. REGRAS GERAIS	435
✦ ATOS UNILATERAIS	413	1.2. CAUSAS SUSPENSIVAS	436
1. PAGAMENTO INDEVIDO.....	413	1.3. CASAMENTO VÁLIDO.....	436
✦ RESPONSABILIDADE CIVIL	413	1.3.1. CASAMENTO DO DEFICIEN- TE.....	436
1. LEGITIMIDADE DO ESPÓLIO PARA POSTU- LAR INDENIZAÇÃO.....	413	2. REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES.....	437
2. RESPONSABILIDADE DO INCAPAZ	414	2.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	437
3. RESPONSABILIDADE POR ATO OU FATO DE TERCEIRO.....	415	2.2. REGIMES EM ESPÉCIE.....	438
4. ESTADO DE NECESSIDADE.....	419	2.2.1. COMUNHÃO PARCIAL DE BENS	438
5. RESPONSABILIDADE DA GUARDA DO ANI- MAL.....	420	3. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCU- LO CONJUGAL	439
6. OFENSA A HONRA DA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....	421	3.1. DIVÓRCIO	439
7. DIREITO DE ESQUECIMENTO.....	421	4. PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS.....	441
8. ANOTAÇÃO PREEXISTENTE.....	421	4.1. GUARDA.....	441
9. REDUÇÃO EQUITATIVA DA INDENIZAÇÃO.....	421	5. RELAÇÕES DE PARENTESCO	442
10. RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUI- ÇÕES BANCÁRIAS	422	5.1. AFINIDADE.....	442
11. DANO MORAL COLETIVO	423	5.2. FILIAÇÃO.....	442
12. CULPA CONTRA A LEGALIDADE	424	5.2.1. MULTIPARENTALIDADE.....	442
13. RESPONSABILIDADE DAS CONCESSIONÁ- RIAS	424	5.3. RECONHECIMENTO DOS FILHOS.....	444
✦ DIREITOS DAS COISAS	425	5.4. PODER FAMILIAR	445
1. POSSE.....	425	6. ALIMENTOS	445
1.1. CLASSIFICAÇÃO	425	7. BEM DE FAMÍLIA	452
1.1.1. POSSE JUSTA E INJUSTA	425	7.1. INVOLUNTÁRIO OU LEGAL	452
1.1.1.1. INTERVERSÃO DA POSSE	425	7.2. VOLUNTÁRIO OU CONVENCIONAL.....	453
1.2. EFEITOS DA POSSE.....	426	8. UNIÃO ESTÁVEL	454
2. PROPRIEDADE.....	427	8.1. UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA	454
2.1. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL....	427	9. TUTELA.....	455
2.1.1. DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL....	427	9.1. CURATELA	455
2.1.2. USUCAPIÃO.....	428	✦ DIREITO DAS SUCESSÕES	458
2.1.2.1. EXTRAORDINÁRIA....	428	1. SUCESSÃO EM GERAL	458
		1.1. ABERTURA DA SUCESSÃO	458
		1.2. HERANÇA E SUA ADMINISTRAÇÃO	459

1.2.1. RESPONSABILIDADE DOS HERDEIROS.....	459	1. CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	719
1.3. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....	459	2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	719
1.4. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA.....	460	3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	724
2. SUCESSÃO LEGÍTIMA.....	461	4. AGENTES PÚBLICOS.....	731
2.1. ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA...	461	5. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	740
2.1.1. DESCENDENTE.....	461	6. ATO ADMINISTRATIVO.....	743
2.1.2. CÔNJUGE SOBREVIVENTE.....	461	7. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	747
2.1.3. COMPANHEIRO.....	462	7.1. LEI Nº 9.784/99.....	748
2.2. DIREITO REAL DE HABITAÇÃO.....	462	8. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO ..	752
3. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA.....	463	8.1. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO NA LEI DAS ESTATAIS (LEI Nº 13.303/2016).....	763
3.1. CAPACIDADE DE TESTAR.....	463	9. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	764
4. INVENTÁRIO E PARTILHA.....	463	10. BENS PÚBLICOS.....	771
4.1. PAGAMENTO DAS DÍVIDAS.....	463	11. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	775
✦ DICAS.....	465	12. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.....	778
INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL.....	465	13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ..	781
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	466	14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92.....	786
✦ PARTE GERAL.....	473	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	791
DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	501	✦ STF.....	791
TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	542	PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	791
✦ DIREITO DAS COISAS.....	598	SERVIDOR PÚBLICO.....	791
DIREITO DE FAMÍLIA.....	638	CONCURSO PÚBLICO.....	791
DIREITO DAS SUCESSÕES.....	653	DEMISSÃO.....	791
DIREITO ADMINISTRATIVO.....	663	DISPONIBILIDADE.....	792
Leandro Bortoleto e Luis Felipe Cirino		REMUNERAÇÃO.....	792
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	663	TEMPO DE SERVIÇO.....	792
✦ QUESTÕES.....	665	VITALICIEDADE.....	792
1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	665	NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO (NEPOTISMO).....	792
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	666	PODER DE POLÍCIA.....	793
3. AGENTES PÚBLICOS.....	671	ATO ADMINISTRATIVO.....	793
4. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	673	BENS PÚBLICOS.....	793
5. ATO ADMINISTRATIVO.....	678	DESAPROPRIAÇÃO.....	793
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	683	✦ STJ.....	793
7. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO...	685	PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	793
8. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	695	SERVIDOR PÚBLICO.....	793
9. BENS PÚBLICOS.....	700	CONCURSO PÚBLICO.....	794
10. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	703	PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	794
11. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.....	706	BENS PÚBLICOS.....	794
12. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ..	714	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	794
13. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92.....	716	IMPROBIDADE.....	794
✦ DICAS (RESUMOS).....	719		

DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	795	13.3. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE	993
Maurício Ferreira Cunha		13.4. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	996
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	795	13.5. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.....	997
+ QUESTÕES.....	797	14. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC.....	999
1. PRINCÍPIOS.....	797	14.1. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	1010
2. JURISDIÇÃO E AÇÃO.....	802	14.2. INVENTÁRIO E PARTILHA.....	1013
3. PARTES E PROCURADORES.....	809	14.3. AÇÃO MONITÓRIA	1016
3.1. CAPACIDADE PROCESSUAL	809	15. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	1018
3.2. DAS DESPESAS E DAS MULTAS	817	15.1. MANDADO DE SEGURANÇA.....	1018
3.3. DOS PROCURADORES E DEFENSORES PÚBLICOS	824	15.2. AÇÕES COLETIVAS	1022
4. LITISCONSÓRCIO.....	827	15.3. AÇÃO POPULAR.....	1033
5. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	830	15.4. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1037
5.1. DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	836	15.5. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.....	1037
6. DEFENSORIA PÚBLICA E MINISTÉRIO PÚBLICO.....	839	15.6. AÇÃO DE DESPEJO, REVISÃO E CONSIGNAÇÃO DE ALUGUEL	1038
7. COMPETÊNCIA	841	15.7. AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS	1043
8. ATOS PROCESSUAIS.....	851	16. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	1044
8.1. PRAZOS	860	+ DICAS (RESUMO).....	1045
8.2. NULIDADES.....	862	1. JURISDIÇÃO.....	1046
8.3. VALOR DA CAUSA.....	864	1.1. EQUIVALENTES JURISDICIONAIS.....	1047
9. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	865	1.2. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL...	1048
10. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	868	1.3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	1048
10.1. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	869	2. AÇÃO.....	1049
11. TUTELA PROVISÓRIA	877	3. PARTES E PROCURADORES.....	1051
11.1. TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA	880	3.1. CAPACIDADE PROCESSUAL	1051
11.2. TUTELA PROVISÓRIA CAUTELAR	884	3.2. DEVERES DAS PARTES E DOS PROCURADORES	1051
12. PROCEDIMENTO COMUM	886	3.3. DAS DESPESAS, DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DAS MULTAS	1051
12.1. PETIÇÃO INICIAL.....	890	3.4. DAS DESPESAS E DAS MULTAS.....	1052
12.2. RESPOSTA DO RÉU.....	897	3.5. SUBSTITUIÇÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES	1053
12.3. REVELIA	902	4. LITISCONSÓRCIO.....	1053
12.4. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	904	5. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	1055
12.5. PROVAS.....	906	6. MINISTÉRIO PÚBLICO	1056
12.6. SENTENÇA E COISA JULGADA	923	7. COMPETÊNCIA	1056
12.7. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	930	8. ATOS PROCESSUAIS	1059
12.8. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	932	8.1. PRAZOS	1059
12.9. PROCESSO NOS TRIBUNAIS	944	8.2. CITAÇÃO.....	1060
12.10. AÇÃO RESCISÓRIA	950	8.3. VALOR DA CAUSA.....	1061
12.11. RECURSOS	956	8.4. NULIDADES.....	1061
12.11.1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO..	976	9. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	1061
12.11.2. RECURSO ESPECIAL E EXTRA- ORDINÁRIO.....	978	9.1. PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	1061
13. PROCESSO DE EXECUÇÃO	981		
13.1. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA RE- ALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO	990		
13.2. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA....	991		

9.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	1062	17.7. OPOSIÇÃO.....	1088
10. TUTELA PROVISÓRIA	1063	17.8. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	1089
10.1. FUNDAMENTO.....	1063	18. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	1089
10.2. CARACTERÍSTICAS.....	1063	18.1. MANDADO DE SEGURANÇA.....	1089
10.3. LEGITIMIDADE E MOMENTO PARA REQUERÉ-LA	1063	18.2. AÇÕES COLETIVAS	1090
10.4. RESPONSABILIDADE PELA EFETIVAÇÃO DE PROVIMENTOS PROVISÓRIOS	1064	18.2.1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	1091
10.5. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA	1064	18.2.2. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	1092
10.6. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR.....	1065	18.2.3. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1092
10.7. FUNGIBILIDADE DAS TUTELAS CONCEDIDAS EM CARÁTER ANTECEDENTE	1065	18.2.4. AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	1093
11. PROCEDIMENTO COMUM	1065	+ SÚMULAS	1093
11.1. PETIÇÃO INICIAL.....	1065	1. AÇÃO.....	1093
11.2. RESPOSTAS DO RÉU	1066	2. PARTES E PROCURADORES.....	1093
11.2.1. CONTESTAÇÃO.....	1066	2.1. CAPACIDADE PROCESSUAL	1093
11.2.2. RECONVENÇÃO.....	1067	2.2. DAS DESPESAS E DAS MULTAS.....	1094
11.2.3. IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO.....	1067	3. COMPETÊNCIA	1094
11.3. REVELIA	1067	4. ATOS PROCESSUAIS	1095
11.4. JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO.....	1067	4.1. PRAZOS	1095
11.5. JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO	1067	4.2. CITAÇÃO.....	1095
11.6. PROVAS.....	1067	5. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	1095
11.7. SENTENÇA E COISA JULGADA	1069	6. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	1095
12. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	1071	6.1. PROCEDIMENTO SUMÁRIO	1095
13. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1072	6.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	1095
14. ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	1073	7. TUTELA PROVISÓRIA	1095
14.1. AÇÃO RESCISÓRIA	1076	8. PROCEDIMENTO COMUM	1095
15. RECURSOS.....	1077	8.1. RESPOSTA DO RÉU.....	1095
16. PROCESSO DE EXECUÇÃO	1080	8.2. PROVAS.....	1095
16.1. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	1080	8.3. SENTENÇA E COISA JULGADA	1095
16.2. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO	1080	8.4. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	1096
16.3. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE	1081	8.5. AÇÃO RESCISÓRIA	1096
17. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC.....	1084	8.6. RECURSOS.....	1096
17.1. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	1084	8.6.1. APELAÇÃO	1096
17.2. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	1085	8.6.2. AGRAVO	1096
17.3. AÇÃO DE DEMARCAÇÃO E DIVISÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	1086	8.6.3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1096
17.4. INVENTÁRIO E PARTILHA.....	1086	8.6.4. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	1096
17.5. AÇÃO MONITÓRIA	1087	8.6.5. RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	1097
17.6. INTERDIÇÃO	1087	8.6.6. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	1097
		9. PROCESSO DE EXECUÇÃO	1097
		9.1. PARTES.....	1098
		9.2. TÍTULO EXECUTIVO	1098

9.3.	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	1098	4.12.	DEFESA DE SERVIDORES PÚBLICOS	1126
9.4.	PENHORA	1098	4.13.	DEFESA DAS FUNÇÕES INSTITUCIO- NAIS E PRERROGATIVAS	1127
9.5.	EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.....	1098	4.14.	DEFESA DE CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO.....	1127
9.6.	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	1098	4.15.	REQUISIÇÃO A AUTORIDADES PÚBLI- CAS.....	1127
9.7.	EXECUÇÃO FISCAL.....	1098	4.16.	CAPACIDADE POSTULATÓRIA.....	1128
10.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC	1099	5.	DIREITOS DOS ASSISTIDOS.....	1130
10.1.	AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	1099	5.1.	DEFENSOR NATURAL	1131
10.2.	INVENTÁRIO E PARTILHA.....	1099	6.	DEFENSOR PÚBLICO-GERAL.....	1133
10.3.	EMBARGOS DE TERCEIROS.....	1099	6.1.	NOMEAÇÃO.....	1133
10.4.	AÇÃO MONITÓRIA	1099	6.2.	ATRIBUIÇÕES.....	1134
11.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLA- ÇÃO EXTRAVAGANTE	1100	6.3.	SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL	1134
11.1.	MANDADO DE SEGURANÇA.....	1100	7.	CONSELHO SUPERIOR.....	1135
11.2.	AÇÕES COLETIVAS.....	1100	7.1.	COMPOSIÇÃO.....	1135
11.3.	AÇÃO POPULAR.....	1100	7.2.	ATRIBUIÇÕES.....	1136
11.4.	LOCAÇÃO	1100	8.	CORREGEDORIA-GERAL	1137
11.5.	AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS	1100	9.	ATUAÇÃO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES	1138

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSO- RIA 1101

Luciano Dal Sasso Masson

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1101	10.1.	INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL.....	1138	
+ QUESTÕES.....	1103	10.2.	INAMOVIBILIDADE.....	1140	
1.	DISCIPLINA NORMATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	1103	11.	PRERROGATIVAS DO DEFENSOR PÚBLICO.....	1141
2.	PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS.....	1109	11.1.	INTIMAÇÃO PESSOAL E PRAZO EM DOBRO.....	1143
3.	OBJETIVOS DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	1110	11.2.	COMUNICAÇÃO DE PRISÃO.....	1146
4.	FUNÇÕES INSTITUCIONAIS.....	1110	11.3.	PRISÃO ESPECIAL	1146
4.1.	ASSISTÊNCIA JURÍDICA.....	1112	11.4.	COMUNICAR-SE RESERVADAMENTE COM ASSISTIDO.....	1146
4.2.	SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DOS LITÍ- GIOS.....	1115	11.5.	VISTA DOS AUTOS FORA DE CARTÓ- RIO.....	1147
4.3.	PROMOÇÃO AMPLA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	1116	11.6.	EXAMINAR INQUÉRITO POLICIAL	1147
4.4.	SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTE- ÇÃO DE DIREITOS HUMANOS.....	1116	11.7.	DISPENSA DE MANDATO.....	1148
4.5.	AÇÃO PENAL PRIVADA, SUBSIDIÁRIA E <i>EX DELICTO</i>	1119	11.8.	TRÂNSITO LIVRE.....	1149
4.6.	TUTELA COLETIVA.....	1119	12.	DEVERES, VEDAÇÕES E IMPEDIMENTOS	1149
4.7.	CURADORIA ESPECIAL.....	1121	13.	REGIME JURÍDICO DO DEFENSOR PÚBLICO..	1150
4.8.	EXECUÇÃO DE VERBAS SUCUMBEN- CIAIS	1124	13.1.	PROMOÇÃO.....	1150
4.9.	PATROCÍNIO DE PESSOA JURÍDICA E CONTRA PESSOA JURÍDICA DE DIREI- TO PÚBLICO	1125	13.2.	REMOÇÃO	1150
4.10.	RECUSA PATROCÍNIO DE CAUSA E IN- TERPOSIÇÃO DE RECURSO.....	1125	14.	REGIME DISCIPLINAR	1151
4.11.	INDELEGABILIDADE DO EXERCÍCIO DO CARGO	1126	15.	AUTONOMIA – FUNCIONAL, ADMINISTRATI- VA E FINANCEIRA	1151
			15.1.	CONTEÚDO E ALCANCE.....	1151
			16.	GRATUIDADE DE JUSTIÇA	1152
			16.1.	CONCESSÃO DA GRATUIDADE.....	1152
			17.	FUNDO ESPECIAL.....	1152
			18.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	1153
			18.1.	OUVIDORIA-GERAL.....	1154
			+ DICAS (RESUMO).....	1156	

1. DISCIPLINA CONSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	1156	8. CORREGEDORIA-GERAL.....	1158
2. PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS.....	1156	8.1. NOMEAÇÃO.....	1158
3. OBJETIVOS.....	1156	8.2. PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES.....	1158
4. FUNÇÕES INSTITUCIONAIS.....	1156	9. ATUAÇÃO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	1158
5. DIREITOS DOS ASSISTIDOS (ART. 4º-A DA LC 80/94).....	1157	10. GARANTIAS DO DEFENSOR PÚBLICO.....	1159
6. DEFENSOR PÚBLICO-GERAL.....	1157	11. PRERROGATIVAS.....	1159
6.1. NOMEAÇÃO.....	1157	12. DEVERES, VEDAÇÕES E IMPEDIMENTOS.....	1159
6.2. PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES.....	1157	13. REGIME JURÍDICO DO DEFENSOR PÚBLICO..	1160
7. CONSELHO SUPERIOR.....	1158	14. REGIME DISCIPLINAR.....	1160
7.1. COMPOSIÇÃO.....	1158	15. AUTONOMIA: FUNCIONAL, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.....	1160
7.2. PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES.....	1158	16. GRATUIDADE DE JUSTIÇA.....	1161
		+ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1162



Revisação[®]

COORDENAÇÃO
ROGÉRIO SANCHES CUNHA

DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL

Defensor Público

TOMO 2

PROIBIDA A VENDA
apenas deste tomo

8^ª | Revista
atualizada
ampliada

2025

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

DIREITO CONSTITUCIONAL.....	23		
<i>Paulo Lépore</i>			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	23		
+ QUESTÕES	25		
1. CONSTITUCIONALISMO. CONSTITUIÇÃO. CONCEITO. CLASSIFICAÇÃO. APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO.....	25	5.4.2. PODER EXECUTIVO E PODER JUDICIÁRIO.....	83
2. PODER CONSTITUINTE. CONCEITO, FINALIDADE, TITULARIDADE E ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. CLÁUSULAS PÉTREAS.....	36	5.4.3. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	92
3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA.....	38	5.4.4. SÚMULA VINCULANTE.....	92
4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	39	5.5. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	94
4.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS, COLETIVOS.....	43	6. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	102
4.2. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	53	6.1. CONTROLE DIFUSO E CONTROLE CONCENTRADO.....	108
4.3. DIREITOS SOCIAIS.....	59	7. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	115
4.4. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	62	8. TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	116
4.5. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	63	9. ORDEM SOCIAL.....	120
5. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	65	+ DICAS	133
5.1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	66	1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	133
5.2. ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	69	2. PODER CONSTITUINTE E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	139
5.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	75	2.1. PODER CONSTITUINTE.....	139
5.4. SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	76	2.2. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	141
5.4.1. PODER LEGISLATIVO.....	77	3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	142
5.4.1.1. PROCESSO LEGISLATIVO.....	80	4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	143
		+ SÚMULAS.....	163
		5. DIREITOS SOCIAIS.....	164
		6. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	167
		7. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	170
		8. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	174

9. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	183	12. NULIDADES.....	330
10. SEPARAÇÃO DOS PODERES	190	13. RECURSOS	332
11. PODER LEGISLATIVO	190	14. REVISÃO CRIMINAL.....	340
12. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	211	15. <i>HABEAS CORPUS</i> E MANDADO DE SEGURANÇA.....	344
13. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	219	16. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	346
14. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	239	17. MEDIDAS CAUTELARES REAIS.....	358
15. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.....	241	18. EXECUÇÃO PENAL	360
16. ORÇAMENTO	242	✦ DICAS (RESUMO)	373
17. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	243	1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS.....	373
18. ORDEM SOCIAL	244	DECRETO 678/1992 (CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS)	373
19. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS	250	2. NORMA PROCESSUAL PENAL E SUA APLICAÇÃO	376
DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	253	3. JUIZ DAS GARANTIAS	377
Ricardo Silveiras		4. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS.....	378
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	253	5. AÇÃO PENAL	382
✦ QUESTÕES	255	6. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	388
1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS.....	255	7. COMPETÊNCIA.....	388
2. NORMA PROCESSUAL PENAL E SUA APLICAÇÃO	261	8. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCIDENTES.....	394
3. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS.....	261	9. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E CONTAGEM DE PRAZOS	397
4. AÇÃO PENAL	266	10. PROVAS.....	398
4.1. AÇÃO PENAL PÚBLICA.....	266	11. SENTENÇA	402
4.2. AÇÃO PENAL PRIVADA.....	272	12. PROCEDIMENTOS.....	404
5. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	274	12.1. PROCEDIMENTOS COMUNS ORDINÁRIO E SUMÁRIO	404
6. COMPETÊNCIA.....	275	12.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI 9.099/1995)	406
7. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCIDENTES	282	12.3. PROCEDIMENTO DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI	407
8. CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS	286	12.4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPP E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPECIAL.....	410
9. PROVAS.....	291	13. NULIDADES.....	415
10. SENTENÇA.....	300	14. RECURSOS	416
11. PROCEDIMENTOS.....	304	15. <i>HABEAS CORPUS</i>	417
11.1. PROCEDIMENTOS COMUNS ORDINÁRIO E SUMÁRIO	304	16. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	418
11.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI Nº 9.099/1995)	308	17. MEDIDAS CAUTELARES REAIS.....	423
11.3. PROCEDIMENTO DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI	313	18. EXECUÇÃO PENAL	423
11.4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPP E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPECIAL.....	323	19. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL ...	425

+	CONTRATOS EM ESPÉCIE	508		
9.	FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESA	514		
9.1.	ASPECTOS GERAIS	514		
9.1.1.	APLICABILIDADE DA LEI.....	514		
9.1.2.	COMPETÊNCIA	514		
9.1.3.	INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	514		
9.1.4.	VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS.....	514		
9.1.5.	ADMINISTRADOR JUDICIAL.....	514		
9.1.6.	ASSEMBLEIA DE CREDORES.....	515		
9.1.7.	COMITÊ DE CREDORES.....	515		
9.2.	RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	515		
9.2.1.	COMPETÊNCIA	515		
9.2.2.	LEGITIMADOS.....	515		
9.2.3.	CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPERAÇÃO.....	515		
9.2.4.	PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	515		
9.3.	RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL	516		
9.4.	RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL	517		
9.5.	FALÊNCIA	517		
9.5.1.	INCIDÊNCIA DA LEI	517		
9.5.2.	ÓRGÃOS DA FALÊNCIA	518		
9.5.3.	EFEITOS DA FALÊNCIA.....	518		
9.5.4.	PROCESSO DE FALÊNCIA.....	518		
9.6.	PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO	519		
9.7.	INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DE ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA.....	519		
9.8.	REALIZAÇÃO DO ATIVO	519		
9.9.	CLASSIFICAÇÃO E PAGAMENTO DOS CREDORES	519		
9.10.	ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA	520		
9.11.	EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO	520		
9.12.	PRINCIPAIS NOVIDADES TRAZIDAS PELA LEI 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020.....	520		
10.	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	521		
+	SÚMULAS APLICÁVEIS	526		
	DIREITO AMBIENTAL	529		
	<i>Romeu Thomé</i>			
	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	529		
	QUESTÕES.....	531		
1.	DIREITO AMBIENTAL DAS ÁREAS PROTEGIDAS. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. RESERVA LEGAL. CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO.....	531		
2.	RESÍDUOS SÓLIDOS. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LEI Nº 12.305/2010). RESPONSABILIDADE PÓS-CONSUMO	532		
3.	LICENCIAMENTO AMBIENTAL. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA). RESOLUÇÕES DO CONAMA	535		
4.	O DANO AMBIENTAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVA.....	535		
5.	OS CRIMES AMBIENTAIS	537		
6.	INQUÉRITO CIVIL: OBJETO, INSTAURAÇÃO, PODERES INSTRUTÓRIOS, COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS E ARQUIVAMENTO	539		
7.	PROTEÇÃO JURÍDICA DOS RECURSOS HÍDRICOS.POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (LEI Nº 9.433/1997)	540		
8.	LEI DE SANEAMENTO BÁSICO.....	542		
9.	MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. O ESTATUTO DA CIDADE (LEI 10.257/2001). AS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE. OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA.....	543		
10.	POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (LEI Nº 6.938/1981). SISNAMA – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	545		
11.	A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 E O MEIO AMBIENTE. A REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	546		
12.	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (LEI 9.985/2000)	547		
+	DICAS	549		
1.	DIREITO AMBIENTAL DAS ÁREAS PROTEGIDAS. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. RESERVA LEGAL. CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO.....	549		
2.	RESÍDUOS SÓLIDOS. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LEI 12.305/2010). RESPONSABILIDADE PÓS-CONSUMO	550		
3.	LICENCIAMENTO AMBIENTAL. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA). RESOLUÇÕES DO CONAMA	551		
4.	O DANO AMBIENTAL E A RESPONSABILIDADE CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVA.....	551		
5.	CRIMES AMBIENTAIS	553		

6. INQUÉRITO CIVIL: OBJETO, INSTAURAÇÃO, PODERES INSTRUTÓRIOS, COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS E ARQUIVAMENTO	554	6. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. SUJEIÇÃO PASSIVA E CONVENÇÕES PARTICULARES	582
7. PROTEÇÃO JURÍDICA DOS RECURSOS HÍDRICOS. POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (LEI Nº 9.433/1997)	555	7. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA.....	584
8. LEI DE SANEAMENTO BÁSICO.....	555	8. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	585
9. MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. O ESTATUTO DA CIDADE (LEI 10.257/2001). AS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE. OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA.....	557	9. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO.....	588
10. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (LEI 6.938/1981). SISNAMA – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	557	10. SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	593
11. A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 E O MEIO AMBIENTE. A REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	558	11. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	603
12. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (LEI 9.985/2000)	559	12. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. DÍVIDA ATIVA. CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL..	604
		12.1. DÍVIDA ATIVA. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)	604
		12.2. CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL.....	605
		13. IMPOSTOS MUNICIPAIS E DISTRITAIS.....	606
		13.1. IPTU.....	606
		13.2. ISS.....	609
		14. IMPOSTOS ESTADUAIS E DISTRITAIS	610
		14.1. ICMS.....	610
		14.2. IPVA.....	614
		14.3. ITCMD.....	616
		15. IMPOSTOS FEDERAIS	618
		16. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	618
		17. ILÍCITO PENAL TRIBUTÁRIO	625
		18. SIMPLES NACIONAL	626
DIREITO TRIBUTÁRIO	561	+ DICAS (RESUMOS)	628
<i>Harrison Leite e Thiana Cairo</i>		1. TRIBUTO	628
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	561	1.1. CONCEITO E ESPÉCIES	628
QUESTÕES.....	563	1.1.1. IMPOSTOS.....	629
1. TRIBUTO. ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO. CONCEITO. NATUREZA JURÍDICA. ESPÉCIES	563	1.1.2. TAXAS.....	630
1.1. CONCEITO. NATUREZA JURÍDICA. ESPÉCIES.....	563	1.1.2.1. TAXA X TARIFA.....	631
1.1.1. TAXAS.....	564	1.1.3. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.....	632
1.1.2. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS... ..	565	1.1.4. EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS.....	632
2. DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES.....	568	1.1.5. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS.....	632
2.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS	568	1.1.5.1. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	633
2.2. IMUNIDADES.....	574	1.1.5.2. OBSERVAÇÕES SOBRE AS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS	633
3. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. NORMAS GERAIS EM DIREITO TRIBUTÁRIO.....	578	1.1.6. CRIAÇÃO DO IBS E CBS PELA EC 132/23 - REFORMA TRIBUTÁRIA.....	634
4. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA APLICAÇÃO E EFICÁCIA	581	2. DAS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	634
5. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	581		

2.1.	PRINCÍPIOS E IMUNIDADES	634	2.7.	GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	655
2.1.1.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	634	2.7.1.	GARANTIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	655
+	STJ.COMN	637	2.7.2.	PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	657
2.1.2.	IMUNIDADES.....	637	2.8.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. FISCALIZAÇÃO. DÍVIDA ATIVA. DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL	658
2.2.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA	639	2.8.1.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	658
2.2.1.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA...	639	2.8.2.	DÍVIDA ATIVA	658
2.2.1.1.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA COMPARTILHADA – REFORMA TRIBUTÁRIA	640	2.8.3.	DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL.....	659
2.2.2.	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA	640	2.9.	IMPOSTOS FEDERAIS	661
2.3.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	642	2.10.	IMPOSTOS ESTADUAIS E DISTRITAIS...	663
2.4.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. SUJEITO ATIVO E PASSIVO. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA	645	2.11.	IMPOSTOS MUNICIPAIS E DISTRITAIS .	664
2.4.1.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR.....	645	2.12.	REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....	667
2.4.2.	SUJEITOS ATIVO E PASSIVO....	647	2.13.	PROCESSO TRIBUTÁRIO	669
2.4.3.	CAPACIDADE TRIBUTÁRIA	647	+	SÚMULAS APLICÁVEIS	673
2.5.	SOLIDARIEDADE. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA	647	1.	SÚMULAS DO STF.....	673
2.5.1.	SOLIDARIEDADE.....	647	1.1.	TRIBUTO. ESPÉCIES	673
2.5.2.	DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO	648	1.1.1.	TAXAS.....	673
2.5.3.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	648	1.1.2.	CONTRIBUIÇÕES.....	673
2.5.3.1.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA NA JURISPRUDÊNCIA ..	649	1.2.	DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES.....	673
2.5.4.	DENÚNCIA ESPONTÂNEA (ART. 138 CTN).....	650	1.2.1.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	673
2.6.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO. SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	651	1.2.2.	IMUNIDADES.....	673
2.6.1.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO.....	651	1.3.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO	674
2.6.2.	EXCLUSÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	651	1.3.1.	ISENÇÃO	674
			1.3.2.	DEPÓSITO.....	674
			1.4.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	674
			1.5.	IMPOSTOS FEDERAIS	674
			1.5.1.	IOF	674
			1.5.2.	IPI.....	674
			1.5.3.	IR	674
			1.6.	IMPOSTOS ESTADUAIS	674
			1.6.1.	ICMS.....	674

1.6.2.	ITCMD	675	3.5.	PROCESSO TRIBUTÁRIO	685
1.7.	IMPOSTOS MUNICIPAIS	675	DIREITOS HUMANOS 687		
1.7.1.	IPTU.....	675	<i>Lucas de Souza Lehfeld</i>		
1.7.2.	ISS.....	675	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES..... 687		
1.7.3.	ITBI.....	675	QUESTÕES..... 689		
1.8.	PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	675	1.	DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	689
2.	SÚMULAS DO STJ	675	1.1.	HISTÓRICO	704
2.1.	TAXAS	675	1.2.	TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL....	704
2.2.	SIMPLES.....	675	1.3.	SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	705
2.3.	CONTRIBUIÇÕES	676	1.4.	ESTRUTURA DA ONU	709
2.4.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO	676	2.	DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	710
2.5.	DEPÓSITO.....	676	3.	INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	715
2.6.	REPETIÇÃO DO INDÉBITO	676	4.	AS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS	722
2.7.	REFIS.....	676	5.	INSTRUMENTOS INTERNOS DE PLANEJAMENTO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	727
2.8.	COMPENSAÇÃO.....	676	6.	INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DIVERSOS ...	736
2.9.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA	676	7.	CONFLITO DE NORMAS DE DIREITOS HUMANOS	756
2.10.	IMPOSTOS FEDERAIS	677	+ DICAS (RESUMO) 761		
2.10.1.	IOF	677	1.	CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS	761
2.10.2.	IPI.....	677	2.	EVOLUÇÃO (GERAÇÕES)	761
2.10.3.	IR	677	3.	A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	761
2.11.	IMPOSTOS ESTADUAIS	677	4.1.	SISTEMA GLOBAL	762
2.11.1.	ICMS.....	677	4.1.1.	DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	763
2.11.2.	IPVA.....	678	4.2.	SISTEMA REGIONAL	763
2.12.	IMPOSTOS MUNICIPAIS	678	4.3.	JURISDIÇÃO INTERNACIONAL DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	764
2.12.1.	IPTU.....	678	5.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS – CLÁUSULAS PÉTREAS.....	765
2.12.2.	ISS.....	678	6.	TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS E A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004	766
2.13.	CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA	678	6.1.	FASES DE INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS.....	766
2.14.	PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	678			
2.15.	BENEFÍCIO FISCAL.....	679			
3.	CARF – CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS	679			
3.1.	TRIBUTOS EM ESPÉCIE	679			
3.2.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. SUJEITOS (ATIVO/PASSIVO), RESPONSABILIDADE, CAPACIDADE E DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO.....	681			
3.3.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO: CONSTITUIÇÃO, GARANTIAS, PRIVILÉGIOS, SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO	682			
3.4.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	684			

7. INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA.....	766	9. DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	813
8. INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	766	10. DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO...	815
9. RACISMO.....	767	11. DAS INFRAÇÕES PENAIS NO CDC.....	818
+ SÚMULAS APLICÁVEIS	767	12. DO SUPERENDIVIDAMENTO.....	820
1. SÚMULAS DO STF.....	767	+ DICAS (RESUMO)	823
2. SÚMULAS DO STJ.....	768	1. O CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	823
DIREITO DO CONSUMIDOR	769	2. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC).....	823
<i>Lucas de Souza Lehfeld</i>		3. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	824
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	769	3.1. DA QUALIDADE E SEGURANÇA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS.....	824
QUESTÕES	771	3.2. DA RESPONSABILIDADE PELO FATO E VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO....	825
1. O CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	771	3.3. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	826
2. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DOS SEUS DIREITOS BÁSICOS.....	775	3.4. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	827
3. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	778	3.5. DOS BANCOS DE DADOS E CADASTRO DE CONSUMIDORES.....	827
3.1. DA PROTEÇÃO À SAÚDE E SEGURANÇA.....	778	4. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	828
3.2. DA RESPONSABILIDADE PELO FATO E POR VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	780	4.1. DA OFERTA E DA PUBLICIDADE.....	828
3.3. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	785	4.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS.....	829
3.4. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	788	4.2.1. DA OBRIGATORIEDADE DO ORÇAMENTO.....	830
4. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	789	5. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL.....	830
4.1. DA OFERTA E DA PUBLICIDADE.....	791	5.1. DA REVISÃO CONTRATUAL.....	830
4.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS.....	793	5.2. O DIREITO DE ARREPENDIMENTO.....	831
4.3. DA COBRANÇA DE DÍVIDAS E DOS BANCOS DE DADOS E CADASTROS DOS CONSUMIDORES.....	796	5.3. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS.....	831
5. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL.....	798	5.4. DOS CONTRATOS DE ADESÃO.....	832
5.1. DA REVISÃO CONTRATUAL.....	801	5.5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	833
5.2. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS.....	802	6. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	834
6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	804	6.1. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	834
7. DAS AÇÕES COLETIVAS PARA A DEFESA DE INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	805	6.2. TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR.....	835
8. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	807	+ DA CONCILIAÇÃO NO SUPERENDIVIDAMENTO	836
8.1. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	812	7. DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	836
		8. DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO...	837
		9. INFRAÇÕES PENAIS NO CDC.....	837

+	SÚMULAS APLICÁVEIS	837	8.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	877	
1.	DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)	837	8.2. DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	882	
2.	DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS	838	9. DAS MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS OU RESPONSÁVEL	892	
2.1.	DA RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO	838	10. DO CONSELHO TUTELAR	893	
2.2.	DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS)	838	11. NORMAS DE PREVENÇÃO	896	
3.	DAS PRÁTICAS COMERCIAIS	838	12. DO ACESSO À JUSTIÇA	896	
3.1.	DA PUBLICIDADE	838	12.1. DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	896	
3.2.	DAS PRÁTICAS ABUSIVAS	838	12.2. DOS PROCEDIMENTOS	897	
3.3.	DA COBRANÇA DE DÍVIDAS E DOS BANCOS E DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDRES	839	12.2.1. DA APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL ATRIBUÍDO A ADOLESCENTE	897	
4.	DA PROTEÇÃO CONTRATUAL	839	12.2.2. PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO	907	
4.1.	DA REVISÃO CONTRATUAL	839	12.3. DOS RECURSOS	907	
4.2.	DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS	839	13. DA TUTELA COLETIVA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	910	
5.	DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	839	13.1. PROCEDIMENTO DE PERDA OU SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR	911	
	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ...	841	14. DOS CRIMES TIPIFICADOS NO ESTATUTO	912	
	Luciano Alves Rossato		15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	913	
	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	841	15.1. LEI 12.594/2012 – SINASE E EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	914	
	QUESTÕES	843	16. ASSISTÊNCIA SOCIAL	920	
1.	DO SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS	843	+	DICAS	923
2.	DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	845	1.	DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	924
3.	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	846	2.	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	924
3.1.	DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE	846	3.	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	926
3.2.	DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	848	4.	DIREITOS FUNDAMENTAIS	928
3.3.	DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO	862	5.	CONVIVÊNCIA FAMILIAR E FAMÍLIA SUBSTITUTA	932
3.4.	DIREITO FUNDAMENTAL À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO	864	6.	DA PREVENÇÃO	934
4.	DA AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR	866	6.1.	AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR	934
5.	DAS IRREGULARIDADES EM ENTIDADES DE ATENDIMENTO	866	7.	DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO	936
6.	DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO	867	8.	MEDIDAS DE PROTEÇÃO	937
7.	DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO	872	9.	PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	937
8.	DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL	877	10.	CONSELHO TUTELAR	942
			11.	ACESSO À JUSTIÇA	944
			12.	CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	947

FILOSOFIA E SOCIOLOGIA.....	949	9. REFORMA AGRÁRIA E COMUNIDADES TRADICIONAIS	990
<i>Alexandre Sanches Cunha</i>		10. TERRAS DEVOLUTAS	991
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	949	➔ DICAS (RESUMO)	993
QUESTÕES.....	951	1. DIREITO AGRÁRIO E ATIVIDADES AGRÁRIAS	993
1. BOBBIO	951	2. HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E LEI DE TERRAS	993
2. O PENSAMENTO DE KELSEN	953	3. IMÓVEIS RURAIS	995
3. RONALD DWORKIN.....	957	4. FUNÇÃO SOCIAL DO IMÓVEL RURAL.....	997
4. FILOSOFIA DO DIREITO – AUTORES E TEMAS DIVERSOS.....	957	5. RESERVA LEGAL E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: CONSIDERAÇÕES BÁSICAS SOBRE IMÓVEIS RURAIS.....	999
5. SOCIOLOGIA DE WEBER.....	964	6. SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR.....	1000
6. FOUCAULT.....	965	7. AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS POR ESTRANGEIROS	1000
7. SOCIOLOGIA DE DURKHEIM	969	8. PROPRIEDADE INTELECTUAL E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS	1001
8. SOCIOLOGIA: AUTORES E TEMAS DIVERSOS.	970	9. CONTRATOS AGRÁRIOS	1002
9. HERMENÊUTICA	974	10. TERRAS DEVOLUTAS, DISCRIMINAÇÃO DE TERRAS E USUCAPIÃO AGRÁRIA.....	1003
➔ DICAS	975	➔ OUTROS CASOS	1004
1. BOBBIO/HERMENÊUTICA.....	975	11. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.....	1005
2. KELSEN: A JUSTIÇA	975		
3. ARISTÓTELES	976	DIREITO PREVIDENCIÁRIO.....	1009
4. KANT.....	976	<i>Adriana Menezes</i>	
5. SOCIOLOGIA DE WEBER.....	976	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1009
6. FOUCAULT.....	977	QUESTÕES	1011
7. SOCIOLOGIA DE DURKHEIM	977	1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1011
8. TEMAS DE SOCIOLOGIA.....	977	2. SEGURIDADE SOCIAL – ORGANIZAÇÃO E PRINCÍPIOS.....	1011
9. HERMENÊUTICA.....	978	3. FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	1015
DIREITO AGRÁRIO	979	4. SEGURADOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1017
<i>Luciana Ramos Jordão e</i>		5. DEPENDENTES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1021
<i>Thiago Henrique Costa Silva</i>		6. BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1024
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	979	7. ACIDENTE DO TRABALHO.....	1026
QUESTÕES.....	981	8. ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	1028
1. HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E LEI DE TERRAS	981	9. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS	1029
2. IMÓVEL RURAL	982	10. PRÁTICA PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIA.....	1030
3. DESCRIÇÃO GEORREFERENCIADA DE IMÓVEL RURAL.....	984		
4. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL .	984		
5. REFORMA AGRÁRIA.....	985		
6. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA A REFORMA AGRÁRIA.....	987		
7. CONTRATOS AGRÁRIOS	990		
8. USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL RURAL OU PRO-LABORE	990		

+	PARTE I – APRESENTAÇÃO	1032	+	PARTE V – DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1069
+	PARTE II – SEGURIDADE SOCIAL	1032	1.	CONCEITO	1069
1.	ORIGEM E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL	1032	2.	OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1069
2.	CONCEITO, ORGANIZAÇÃO E DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS RELATIVAS À SEGURIDADE SOCIAL	1033	3.	DIRETRIZES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1070
2.1.	SAÚDE	1034	4.	TIPOS DE PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1070
2.1.1.	AÇÕES PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.....	1034	5.	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.....	1070
2.2.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1036	5.1.	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA E À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1070
2.3.	PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1037	5.2.	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA E À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1074
3.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURIDADE SOCIAL	1037	+	PARTE VI – CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL	1074
4.	ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1038	1.	DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	1074
4.1.	PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1039	2.	DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	1075
+	PARTE III – OS REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EXISTENTES	1039	3.	DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS	1078
+	PARTE IV – REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)	1040	3.1.	DA CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS, DOMÉSTICOS E TRABALHADORES AVULSOS	1078
1.	DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1040	3.2.	DA CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	1078
1.1.	DOS SEGURADOS	1040	3.3.	CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO FACULTATIVO	1079
1.2.	DOS DEPENDENTES	1044	3.4.	CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO ESPECIAL	1079
1.3.	FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO	1046	4.	DA CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR DOMÉSTICO, DAS EMPRESAS, DAS ENTIDADES EQUIPARADAS ÀS EMPRESAS E DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	1079
2.	DAS ESPÉCIES DE PRESTAÇÕES	1046	4.1.	DA CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR DOMÉSTICO	1079
2.1.	CARÊNCIA MÍNIMA DE CONTRIBUIÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL	1047	4.2.	DA CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS E ENTIDADES EQUIPARADAS	1080
2.2.	SALÁRIO DE BENEFÍCIO.....	1048	4.3.	DA CONTRIBUIÇÃO DO MEI	1080
2.3.	RENDA MENSAL INICIAL	1048	5.	DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	1081
2.4.	REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS	1049	6.	DOS PRAZOS DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1081
3.	DOS BENEFÍCIOS.....	1049	7.	DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA	1082
3.1.	OS BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE	1049	8.	DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL	1082
3.2.	ABONO ANUAL OU GRATIFICAÇÃO NATALINA	1067			
3.3.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	1067			
3.4.	ACIDENTE DO TRABALHO	1068			
3.5.	HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	1069			

+	PARTE VII – PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO – REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)	1083	4.4.	DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL	1092
1.	CARACTERÍSTICAS GERAIS	1083	5.	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – BPC	1093
2.	REGRAS GERAIS SOBRE APOSENTADORIAS ..	1084	6.	PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	1093
3.	REGRAS GERAIS SOBRE PENSÃO POR MORTE	1085	7.	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	1093
4.	CUSTEIO DOS RPPS	1085			
+	PARTE VIII – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	1085		ESTATUTO DA PESSOA IDOSA.....	1095
+	PARTE IX – REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS	1087		<i>Dailson Soares de Rezende</i>	
+	PARTE X – SÚMULAS APLICÁVEIS À MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ), TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA (TNU)	1088		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1095
1.	SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1088		QUESTÕES.....	1097
1.1.	EMPREGADOS	1088	1.	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	1097
1.2.	SEGURADOS ESPECIAIS	1088	2.	DIREITOS FUNDAMENTAIS	1098
1.3.	SEGURADOS CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS	1089	3.	DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO	1107
2.	DEPENDENTES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1089	4.	POLÍTICA DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA.....	1107
3.	OS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1089	5.	ACESSO À JUSTIÇA	1110
3.1.	AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA (ANTIGO AUXÍLIO-DOENÇA) ...	1089	6.	DOS CRIMES.....	1111
3.2.	AUXÍLIO-ACIDENTE	1090	+	DICAS (RESUMO)	1112
3.3.	APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE (ANTIGA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ)	1090	1.	DIREITOS FUNDAMENTAIS	1112
3.4.	APOSENTADORIA POR IDADE	1090	1.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS	1112
3.5.	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	1090	1.2.	DIREITO À VIDA	1113
3.6.	APOSENTADORIA ESPECIAL	1090	1.3.	DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE	1113
3.7.	SALÁRIO-MATERNIDADE	1091	1.4.	ALIMENTOS.....	1113
3.8.	PENSÃO POR MORTE	1091	1.5.	DIREITO À SAÚDE	1113
3.9.	OUTRAS SÚMULAS ACERCA DE BENEFÍCIOS	1091	1.6.	EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	1114
4.	DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	1092	1.7.	PROFISSIONALIZAÇÃO E TRABALHO ...	1114
4.1.	DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1092	1.8.	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	1114
4.2.	DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	1092	1.9.	HABITAÇÃO.....	1114
4.3.	DA CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS ..	1092	1.10.	TRANSPORTE.....	1115
			2.	POLÍTICA DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA	1115
			2.1.	POLÍTICA NACIONAL DA PESSOA IDOSA.....	1115
			2.1.1.	DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DA PESSOA IDOSA....	1115
			2.1.2.	AÇÕES GOVERNAMENTAIS	1115
			2.1.3.	MODALIDADES DE ATENDIMENTO.....	1115
			2.2.	ENTIDADES DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA.....	1115

2.3. FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO	1116	3. PROCESSOS DE CRIMINALIZAÇÃO.....	1124
2.3. CONSELHOS NACIONAL, ESTADUAIS, DO DISTRITO FEDERAL E MUNICIPAIS DA PESSOA IDOSA.....	1116	4. TEORIAS SOCIOLÓGICAS (MACROSSOCIOLOGIA).....	1126
3. ACESSO À JUSTIÇA	1117	5. PROCESSOS DE PREVENÇÃO CRIMINAL E TEORIAS LEGITIMADORAS DA PENA.....	1136
3.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1117	6. TEMAS CONTROVERTIDOS DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS	1138
3.2. MINISTÉRIO PÚBLICO	1117	+ DICAS (RESUMO)	1153
4. CRIMES.....	1118	1. CONCEITO, OBJETOS, MÉTODOS E FINALIDADES DA CRIMINOLOGIA.....	1153
CRIMINOLOGIA	1121	2. ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS	1153
<i>Diego Pureza</i>		3. PROCESSOS DE CRIMINALIZAÇÃO.....	1154
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1121	4. TEORIAS SOCIOLÓGICAS (MACROSSOCIOLOGIA).....	1154
+ QUESTÕES	1123	5. PROCESSOS DE PREVENÇÃO CRIMINAL E TEORIAS LEGITIMADORAS DA PENA.....	1157
1. CONCEITO, OBJETOS, MÉTODOS E FINALIDADES DA CRIMINOLOGIA.....	1123	6. TEMAS CONTROVERTIDOS DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS	1157
2. ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS	1124		